

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.314.278 - MS (2018/0151567-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : CELSO JOHN KENEDY MENEZES DE SOUZA
ADVOGADOS : ROGÉRIO PEREIRA DOS SANTOS - MS019334
ALEXANDRE AFONSO DE ARAUJO - MS019352
AGRAVADO : CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
ADVOGADO : DANNY FABRÍCIO CABRAL GOMES - MS006337
AGRAVADO : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL - DETRAN/MS
PROCURADOR : ALANDNIR CABRAL DA ROCHA E OUTRO(S) - MS007795

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitira recurso especial com base no óbice das Súmulas 7/STJ e 83/STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 414-415):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO POPULAR. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DE DIRETOR DE AUTARQUIA ESTADUAL. PREVISÃO LEGAL DE INCLUSÃO DE TODAS AS PESSOAS ENVOLVIDAS NA PRÁTICA, EM TESE, DO ATO IMPUGNADO. REJEITADA. MÉRITO. PERDA DE OBJETO. REVOGAÇÃO DO ATO QUE DEU CAUSA AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. SITUAÇÃO QUE NÃO EQUIVALE À PROCEDÊNCIA EM RAZÃO DE RECONHECIMENTO DO PEDIDO. MERA EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CONDENAÇÃO DE HONORÁRIOS. CABIMENTO. CORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA. DEMANDA QUE NÃO OSTENTA PRETENSÃO ECONÔMICA RELEVANTE PARA O AUTOR. INTERESSE PÚBLICO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Não há se falar em ilegitimidade passiva de diretor de autarquia estadual, pois as autoridades diretamente responsáveis pelo ato administrativo impugnado devem figurar no polo passivo da ação popular (art. 6º, da Lei nº Lei nº 4717/65).

No caso de perda de objeto, resultante da revogação do ato impugnado, não há se falar em procedência do pedido ante o reconhecimento do pedido, pois, nessa circunstância, a retirada do ato não se deu por ilegalidade, mas sim pela discricionariedade do administrador (oportunidade e conveniência).

Mesmo que a ação tenha sido extinta por perda de objeto, é cabível a fixação dos honorários advocatícios.

Tratando-se de Ação Popular, que tem o propósito de defender o interesse público por meio da atuação do cidadão, o valor da causa não pode ser a

arrecadação estadual de determinado tributo objeto de questionamento, tendo em vista que essa percepção é da sociedade, e não do ponto de vista do autor, revelando-se, assim, o valor inestimável da demanda (art. 85, §8º, do CPC/2015).

Os embargos declaratórios opostos na origem foram rejeitados por meio de acórdão com a seguinte ementa (e-STJ, fl. 452):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO POPULAR – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – ALEGAÇÃO DE OMISSÃO A RESPEITO DA VIOLAÇÃO AO ART. 10, DO CPC – NÃO CARACTERIZAÇÃO – TEMA DEBATIDO COMO CONSECUTÓRIO LÓGICO PARA A SOLUÇÃO REQUERIDA PELA PARTE E PARA O CASO CONCRETO – AUSÊNCIA DE SURPRESA SOBRE O TEMA DEVOLVIDO NA APELAÇÃO – VALOR DA CAUSA E DOS HONORÁRIOS – QUESTÃO DEBATIDA CLARAMENTE – PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO – RECURSO IMPROVIDO.

Segundo a regra do art. 1.022, II, do CPC, cabem embargos de declaração para suprir omissão sobre ponto sobre o qual o órgão judicial deveria se pronunciar.

Se a parte devolve, na apelação, matéria relativa à fixação dos honorários advocatícios, torna-se necessário que o tribunal, para decidir a questão, tenha de recorrer a fundamentos referentes ao valor da causa, os quais compõem, logicamente, o âmbito da temática recursal, não havendo se falar em violação ao princípio do contraditório.

Considera-se completo e claro o acórdão que apresenta os fundamentos necessários para a fixação de honorários advocatícios, inclusive em relação à natureza da demanda e seu valor, restando evidente que não há omissão, nessa circunstâncias.

O recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, afronta ao art. 5º, LV, da CF/88 e aos arts. 10, 9º, 6º e 5º e 85, IV, do CPC/15.

Sustenta que o valor inicialmente atribuído à causa foi de R\$ 68.364.000,00 (sessenta e oito milhões, trezentos e sessenta e quatro mil reais), não podendo ser modificado de ofício pelo Tribunal recorrido.

Afirma que houve contrariedade ao princípio da não surpresa, pois a parte recorrente não previamente intimada para se manifestar sobre o valor da causa.

Defende que a correção de ofício de valor da causa apenas é possível até o saneamento do processo e, desde que tenha por finalidade determinar a complementação de custas processuais, o que não ocorreu no caso.

Aduz que os honorários advocatícios fixados na origem, na valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) apresenta caráter irrisório, considerando-se a repercussão econômica da lide.

Requer o provimento do apelo para que a verba honorária seja majorada para o mínimo de 3 e máximo de cinco por cento sobre o valor da causa.

Não foram apresentadas contrarrazões. (certidão de e-STJ, fl. 510).

Decido.

Inicialmente, não se admite, no âmbito do apelo especial, o exame de afronta a dispositivo constitucional, sob pena de usurpar-se a competência do STF.

Quanto aos arts. 9º, 6º, 5º e 85, V, do CPC/15, o recorrente não logrou demonstrar, de maneira especificada, em que consistiram as suscitadas violações dos mencionados normativos. Nesse ponto, aplica-se o óbice da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Por fim, quanto ao art. 10 do CPC/15, o acórdão recorrido assim se manifestou (e-STJ, fl. 455):

Todavia, no caso dos autos, ainda que a retificação do valor da causa tenha sido realizada de ofício, no acórdão embargado, essa questão estava inserida nas temáticas da fixação e do valor dos honorários, para as quais a indagação sobre o valor da causa é essencial.

Desse modo, se o recurso devolve a questão da fixação dos honorários e do respectivo quantum, o Tribunal deve fazer todo o exercício lógico necessário para alcançar uma solução razoável, tudo nos limites daquilo que foi objeto do recurso.

Não se trata, assim, de matéria nova, suscitada de ofício ou pela parte, mas sim de um dos temas internos de uma questão maior (para a descoberta do valor dos honorários é necessário discutir o valor da causa), sobre a qual o embargante estava preparado para enfrentar, pois necessitava resolver seu pedido de fixação da verba honorária.

Essa argumentação, contudo, não foi devidamente combatida nas razões do apelo especial, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

Com efeito, o recorrente não impugnou o fundamento de que a matéria relativa ao valor da causa não consistiu em elemento novo, porquanto sua análise estaria compreendida na fixação dos honorários advocatícios.

Além disso, o recorrente não contrastou a fundamentação da Corte de origem no sentido de que seria inadequado estimar o conteúdo econômico da demanda com base na arrecadação estadual referente às vistorias veiculares, porquanto o objeto da ação não diz respeito ao ressarcimento de tais quantias, mas apenas o reconhecimento da nulidade do ato administrativo. Transcrevo, no ponto, o seguinte excerto do aresto recorrido (e-STJ, fl. 421):

Ora, o autor/apelante, ao atribuir valor à causa, estimou que o conteúdo econômico teria relação com a arrecadação estadual relativa às taxas de vistorias veiculares; ocorre que a indicação feita pelo apelante é por demais arbitrária e desconsidera o fato de que o referido conteúdo econômico somente teria alguma procedência se houvesse pretensão de recebimento dessas quantias, o que não é verdade, na medida em que o objeto da ação é apenas o reconhecimento de ilegalidade do ato administrativo.

Ademais, até mesmo na sentença houve referência – não impugnada pelo autor – no sentido de que "(...) Outrossim, insubsistente o requerimento de prosseguimento do feito com relação ao pedido de ressarcimento de valores nestes autos, considerando que a Ação Popular visa a anulação ou declaração de nulidade de atos ilegais e lesivos ao patrimônio público, devendo o requerente utilizar-se da via adequada para esta pretensão, eis que a ação popular é inábil ao fim pretendido.
(...)" (f. 334)

A ausência de adequada impugnação quanto aos parâmetros utilizados para a aferição do conteúdo econômico da controvérsia impossibilita qualquer juízo de valor a respeito da irrisoriedade da verba honorária.

Em relação ao suscitado dissídio jurisprudencial, o recorrente não realizou o necessário cotejo analítico entre os julgados trazidos a confronto, a fim de demonstrar que partiram de similar contexto fático para atribuir conclusões jurídicas dissonantes. Desse modo, não é possível conhecer do apelo manejado com base na alínea "c" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator